

## **Ciberfeminismo, Descriminalização do Aborto e Teoria Ator-rede: uma experiência com controvérsias e redes em ação<sup>1</sup>**

Patrícia AZAMBUJA<sup>2</sup>

Ana Paula Pereira COELHO<sup>3</sup>

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA

### **RESUMO**

A partir de um recorte específico, dia de mobilização pela legalização e descriminalização do aborto na América Latina e Caribe - 28 de setembro de 2014 -, este estudo de caso tem como objetivo analisar a rede de organização de alguns grupos de mobilização vinculados ao ciberfeminismo no Brasil. Este trabalho busca o entendimento de ferramentas metodológicas, em específico a Teoria Ato-rede (LATOURET, 2005; BRUNO, 2012), coerentes com a complexidade que envolve as relações no ciberespaço, características dos movimentos feministas nas redes digitais e os possíveis desdobramentos do tema no social, na mídia e no contexto político brasileiro. Percebe-se, considerando *a priori* a diversidade de ações do coletivo híbrido de agentes, a necessidade de métodos que auxiliem a percepção desse universo em sua estrutura complexa, sem reduções, e com mais visibilidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aborto; ciberativismo; feminismo; Teoria Ator-rede.

Trabalhos recentes discutem o organização de grupos na internet, entre eles Zago *et al* (2014), Malini *et al* (2013), Castells (2013), Maria da Glória Gohn (2014) etc., os quais afirmam que marchas, manifestações e ocupações na atualidade parecem promovidas por coletivos organizados que convocam e se organizam por meio das redes sociais digitais. De simpatizantes da causa, os sujeitos que atendem às chamadas para os atos de protesto podem tornar-se ativistas de um novo movimento social. Neste trabalho, focaremos em pautas de ativistas feministas, especialmente a descriminalização do aborto, no sentido de, a partir do mapeamento de formas de distribuição de informações, perceber possíveis desdobramentos, assim como, a inserção do debate na mídia, na política e na sociedade.

Para autoras como Branca Moreiro Alves e Jaqueline Pitanguy (1985), o movimento feminista se difere de outros grupos de mobilização social por não seguir uma linha bem delimitada de suas pautas e uma direção altamente organizada. Na realidade, em sua essência, é um espaço de movimentação bem mais livre, onde diversas correntes, ideias, debates e discursos correm entre si com uma diversidade de pautas e demandas sociais.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Cibercultura do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Curso de Comunicação Social - UFMA. Coordenadora do projeto de pesquisa *Comunicação Expandida: entre mudanças de comportamento e possibilidades de novas produções* e Bolsista de Produtividade em Pesquisa – Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa no Maranhão/ FAPEMA. Email: [patriciaazambuja@yahoo.com.br](mailto:patriciaazambuja@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Graduada do 8o período do Curso de Comunicação Social e bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Email: [ana.coelho.jornal@gmail.com](mailto:ana.coelho.jornal@gmail.com).

Algo que pode, inclusive, justificar, certa polifonia entre seus membros, o que influencia diretamente em suas didáticas, táticas, apropriações e visão de mundo:

[...] o feminismo procurou em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. Assim [...] recusa uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade (ALVES e PITANGUY, 1985, p. 8-9).

As reviravoltas e lutas do movimento ao longo da história são de grande importância nos processos de emancipação feminina e alcance de direitos políticos e sociais, em um contexto complexo e excludente. Além das lutas pelo reconhecimento da mulher como ser social, com plenas capacidades intelectuais, se torna cada vez mais forte uma luta que coloca em xeque questões culturais que envolvem a liberdade sobre o seu próprio corpo, desde movimentos das décadas de 1960 e 1970 pela liberdade sexual feminina, até mais recentes.

Sendo assim, autoras como Danna Haraway (1995) e Sadie Plant (1996) encaram o domínio tecnológico como uma maneira de emancipação da mulher das mãos do patriarcado ou dos sistemas econômico e político excludentes, e do ativismo digital como forma de empoderamento para as causas feministas. O termo ciberfeminismo abarca diversas táticas relacionadas à criação e consolidação dos espaços de interação, troca e debates das mulheres no campo da tecnologia. Para Remedios Zafra (2003), a própria internet não é emancipadora, é preciso fazer com que ela se torne emancipadora: “Internet por sí sola no facilitará la emancipación de la mujer, ni siquiera una nueva representación de la mujer [...] El éxito de la tecnología debe ir unido a un cambio en las maneras de pensarnos” (s/p).

### **A pauta feminista e redes de ciberativismo: métodos em ação**

Considerando a diversidade e a flexibilidade das pautas e táticas ligadas ao movimento feminista, assim como, a dinâmica envolvida com os usos de dispositivos digitais, compreendemos de início a necessidade de uma escolha metodológica compatível com o campo de estudo proposto: ciberativismo feminista na sua relação com a temática aborto.

Alguns pesquisadores discorrem em torno de preocupações metodológicas compatíveis. Suely Fragoso, Raquel Recuero e Adriana Amaral (2013) compõem métodos para pesquisa na internet; Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2014) preocupa-se com a complexidade envolvida com a multiplicação das telas de acesso e modos de uso; Lúcia Santaella e Renata Lopes (2010) justificam a escolha do método à possibilidade de trazer *insights* para compreender a tumultuada complexidade das redes sociais na internet. Enfim, algumas

diretrizes atuais estão relacionadas às possibilidades de lidar com as diferentes plataformas, softwares, códigos de linguagens, pautas, sujeitos e suas formas de intenção.

Ao considerar a intrincada rede de relações envolvendo temas vinculados ao ciberfeminismo, caracterizado pela diversidade de temas, estratégias de ação, e a própria cultura da web, que estimula uma certa descentralização desse espaço, suas ações e seus agentes, optou-se por uma experiência metodológica mais afeita a essa confluência de interesses e ações. A Teoria Ator-rede (TAR), vinculada ao *Centre de Sociologie de l'Innovation* (CSI), em Paris, trouxe à tona discussões atravessadas por diferentes áreas, entre elas a Sociologia e as Ciências Exatas, organizando um campo que tem entre os seus objetivos o tratamento das inovações científicas e tecnológicas.

Mesmo definindo como recorte para as mobilizações feministas, eventos vinculados ao dia 28 de setembro e envolvendo tema específico - a descriminalização do aborto -, levou-se em consideração alguns pressupostos fundamentais ligados ao método. O principal: a ideia de que a produção do *conhecimento se dá em rede*, e não com base em ideias preestabelecidas. A rede não é contexto ou intermediação. Não é produto, mas processo. O social, nestes termos, pode ser analisado com base nas suas interações ativas, podendo ser performado. E o ator (ou actante<sup>4</sup>) é tudo o que age nessa rede, e que deixa efeito neste mundo. Nunca está sozinho, pois sua atuação é distribuída. "An 'actor' in the hyphenated expression actor-network is not the source of an action but the moving target of a vast array of entities swarming toward it"<sup>5</sup> (LATOUR, 2005, p.46).

Para Bruno Latour (2005), agregados sociais não são como grupos estáveis ou como algum tipo de objeto ou convenção, mas fazem parte de um universo que ele chamou de fontes de incertezas: um campo em movimento constante. Estudos vinculados à TAR, portanto, alertam para a necessidade de definições mais performativas e menos dogmáticas. A regra não pode ser a ordem. Para os sociólogos das associações, a regra é performativa, e as exceções, os conflitos, a criação também devem ser contabilizados ou estabilizados nas redes analisadas. Nesse caso, Latour (2000) apresenta sua primeira regra metodológica: "Estudamos a ciência em ação, e não a ciência ou a tecnologia pronta; para isso, ou chegamos antes que os fatos e máquinas se tenham transformado em caixas-pretas<sup>6</sup>, ou acompanhamos as controvérsias que as reabrem" (p.421).

<sup>4</sup> De acordo com Bruno Latour, a palavra ator, do inglês *actor*, se limita a humanos, por isso, muitas vezes utiliza actante (actant), termo emprestado da semiótica, para incluir não-humanos no entendimento sobre coletivo. Actantes são aqueles que realizam ação, humano ou não-humano, tornando a rede possível através do fazer.

<sup>5</sup> Tradução das autoras: "Um 'ator' na expressão hifenizada ator-rede não é a fonte de uma ação, mas o alvo em movimento de um vasto conjunto de entidades que brotam em sua direção".

<sup>6</sup> "A expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais" (LATOUR, 2000, p.14). Há, portanto, relação com fatos ditos incontestáveis, os quais adquirem

A rede, portanto, é a possibilidade de não apenas acompanharmos ou descrevermos as coisas do mundo, mas, acima de tudo, criarmos um mundo. Na observação das muitas situações envolvendo a rede de ativistas feministas, “o que interessa é seguir os atores em ação, suas conexões e os efeitos que eles apresentam, pois a rede não é dada como pressuposto analítico para um pesquisador, mas é constituída a partir da prática, como os resultados da sua interação com os fatos” (AZAMBUJA, 2012, p.33).

Da compreensão de ações se conectando em rede, visualizamos, então, um conhecimento entrelaçado em uma diversidade de vínculos, interesses e contextos. Essas conexões são possíveis através dos movimentos dos actantes, que, em suas ações, deixam rastros capazes de revelar associações importantes para o trabalho do pesquisador. Investigar associações é a busca por rastros de ações, portanto, identificou-se nas atividades ligadas ao ciberfeminismo movimentos curiosos, muitas vezes, até contraditórios. Assim, foram seguidas tanto orientações de Bruno Latour (1997, 2000, 2005), como de Tomaso Venturini (2010, 2014), Fernanda Bruno (2012), e André Lemos (2013), no sentido de perceber essas relações sociais a partir de conexões rastreáveis.

De acordo com Fernanda Bruno (2012), toda ação deixa rastros, mais ou menos visíveis, mais ou menos rastreáveis. Os rastros possuem uma função muito importante no processo de investigação, são eles que denunciam os movimentos e associações, que são essenciais para as análises. No universo digital do ciberativismo, por exemplo, as marcas deixadas na web favorecem o trabalho de rastreamento, “[...] de modo que se pode, ao mesmo tempo, seguir uma série de ações e associações locais e ver como cada uma delas participa da construção de coletivos. A passagem de uma escala a outra se torna facilitada” (p. 698). Para André Lemos (2013), deve-se coletar dados e buscar as pistas deixados pelos actantes. Bem como um jornalista ao investigar casos de interesse público, identificando ações para compreender os fatos ocorridos ou ligações entre agentes, também assim se dá a investigação do cientista em torno de seu objeto. O pesquisador discorre, por outro lado, sobre outra contribuição da TAR para o campo da comunicação, em especial, para o jornalismo: evitar a ilusão pureza dos fatos. “Concluimos afirmando que a TAR pode ajudar a superar disputas improdutivas, propor novas leituras dos fenômenos ancoradas na experiência empírica sem alimentar novas fantasias de purificação ou de hegemonia no campo” (67).

---

estabilidade ao conseguirem neutralizar incertezas e controvérsias ao seu redor. Neste caso, a caixa-preta está fechada; ficando a cargo de algum tipo de polêmica ou mudança no cenário geral de existência do fato o poder de reabri-la.

### **A ferramenta para o método: identificar instabilidade e abrir caixa-pretas**

Alguns dos pesquisadores citados avaliam a Cartografia das Controvérsias (CC) como o método de pesquisa adequado a revelar mediações. “Onde há estabilizações, só há intermediários. Onde há controvérsias, há mediadores, actantes” (LEMOS, 2013, p. 105), movimentos e ações. Venturini (2014) afirma que, desde a introdução das TICs, a CC serve como uma versão pedagógica da TAR, em outras palavras, uma forma de praticar complexidades do poder aliviada de todas as sutilezas teóricas. Por outro lado, é fundamentalmente orientada por instabilidades, ou simplesmente conflitos que existem entre humanos e não-humanos. São contradições, pontos nos quais há discórdia e, nesse instante, as associações entre os actantes tornam-se visíveis, portanto, rastreáveis.

Fernanda Bruno (2012) trata desse assunto, no âmbito das redes sociais digitais, como procedimento que busca revelar, pelos rastros deixados na internet, conhecimentos de ações humanas e sociais.

Deste modo, além ou aquém das informações pessoais que divulgamos voluntariamente na rede (*posts*, dados de perfil, conversações no Twitter ou no Facebook) toda ação – navegação, busca, simples cliques em links, *downloads*, produção ou reprodução de um conteúdo – deixa um rastro, um vestígio mais ou menos explícito, suscetível de ser capturado e recuperado (BRUNO, 2012, p. 687).

Como toda ação no âmbito digital deixa rastros, é de se supor que o volume de informações seja alto, exigindo os procedimentos para leitura e visualização desses dados devam possibilitar visão ampla e com vista às diversas associações existentes.

De todo modo, orientando-nos pelo método, seguimos como “perfeitos ignorantes” (LATOUR, 2001, p.31), em busca de nossos informantes, “informantes de quem se duvida” (p.20) sim, mas atentos fundamentalmente ao campo, suas tensões e conexões. O que para alguns pode parecer evasivo e impreciso, para Bruno Latour (1997) é a saída para guiar “o observador no labirinto em que reinam o caos e a confusão” (p.37), o fio de Ariadne, ou princípio organizador, cuja função seja fornecer uma visão do campo capaz de restabelecer uma simetria no tratamento entre vendedores e vendidos da história. Tem-se portanto como objetivo com o método “mostrar como um fato bruto pode ser socialmente desconstruído” (p.104), ao abrir as caixa-pretas do conhecimento. No caso do tema descriminalização do aborto, abrir a caixa de Pandora (LATOUR, 2001, p. 37) pode significar dar visibilidade a conflitos decorrentes do debate, aos acontecimentos com poder de amplificar instabilidades, ou ao desmantelamento de redes de consenso, dando visibilidade a outras versões dos fatos.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, que avaliou o posicionamento da população brasileira em relação a alguns temas considerados polêmicos. Na pesquisa, 79% dos brasileiros afirmaram ser contra o aborto, índice igual ou superior a ou-

tros temas como a legalização da maconha (79% contra; 17% a favor) e casamento gay (53% contra; 40% a favor). Por outro lado, a pesquisa divulgada pelo DataSenado<sup>7</sup> já nos apresenta de início algumas contradições do campo, desde questões que envolvem a opinião pública, de saúde, religiosidade, independência feminina, campo legislativo e penal, até a sua relação com os os meios de comunicação. O aborto, como ato de interrupção voluntária da gravidez faz surgir uma diversidade de contradições que não cabem facilmente em um consenso sobre a questão, mas uma caixa-preta sensível a acontecimentos e polêmicas.

O Código Penal Brasileiro (Decreto-lei no 2.848 de 07/12/1940) é claro: é passível de encarceramento a gestante que optar por fazer aborto em si mesma ou pedir auxílio para tal, com penas que variam entre três e dez anos. Também existe pena para quem provocar aborto em uma mulher sem ou com seu consentimento. De todo modo, todos os envolvidos são qualificados como criminosos por atentado contra a vida. Porém, dentro do próprio Código Penal existem as exceções que são abrigadas pela lei e legalizam o aborto em casos de estupro e risco de vida para a gestante desde 1940, assegurando que o médico e a gestante não sofrerão penalizações nesses casos, e os hospitais públicos devem receber essas gestantes e assegurar-lhes o procedimento de maneira segura. Em 2012, outra exceção foi acrescida à lei pelo Supremo Tribunal Federal, após anos de muitas discussões no ambiente legislativo e civil: o aborto legal em casas de fetos anencéfalos, que se caracterizam pela má formação fetal do cérebro, que pode determinar a ausência total ou parcial do órgão. Essa condição impossibilita vida ao feto em muitos casos, e pode acarretar problemas de saúde à gestante.

Constata-se de antemão o mergulho em uma zona permeada por uma grande diversidade de questões, contradições e movimentos; o que, curiosamente, passa a todo momento por processos de purificação e simplificação. Outro exemplo, acontece com a imprensa que, em geral, tratava o tema pelo viés do “interesse público”, reduzindo as pautas aos casos de polícia. No período demarcado para este estudo - que tem como marco o dia 28 de setembro de 2014, dia de mobilização pela legalização e descriminalização do aborto na América Latina e Caribe, notícias de mulheres desaparecidas e mortas em decorrência da ação de quadrilhas de aborto clandestino ocupam as manchetes nacionais (FIGURA 1).

---

<sup>7</sup> Para 82% dos entrevistados na pesquisa do DataSenado, a lei não deve permitir que uma mulher realize o aborto quando ela não quiser ter o filho. Por outro lado, diante de circunstâncias específicas, os percentuais são praticamente invertidos. Disponível no link: [http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/release\\_pesquisa.asp?p=43](http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/release_pesquisa.asp?p=43).



**FIGURA 1 - Matéria veiculada pela TV Globo. PUBLICADO EM 15/10/2014. Disponível no link:**  
<http://globo.com/rede-globo/bom-dia-brasil/v/policia-desmantela-quadrilha-que-fazia-abortos-no-rio-de-janeiro/3697521/>

Casos como o de Jandira Magdalena dos Santos Cruz, de 27 anos e Elizângela Barbosa, de 32 anos, foram acompanhados durante um longo período na mídia, sendo explorada a dor de suas famílias com a perda, e o fato de as vítimas terem recorrido ao aborto clandestino para interromperem gravidezes indesejadas. Notícias que colaboraram para que o tema fosse cada vez mais recorrente dentre o público, e o percentual relativamente alto contra o aborto era quase sempre reforçado por debates acalorados em torno do tema (FIGURA 2).



**FIGURA 2 - Print da página no Facebook *A Favor da Despenalização do Aborto*, disponível no link: <https://www.facebook.com/afavordaescolha?fref=ts>. Destaque para dois (entre tantos) comentários absolutamente opostos: 11 de fevereiro de 2015 - “é o que eu sempre digo, a mulher que quer abortar ela vai fazer isso ! independente se sua avó acha que é uma afronta a religião, se a mãe dela acha um crime, etc.. a mulher que quer abortar está cagando para o que você pensa, ela vai fazer e ponto final... Essa hora, por exemplo, pode ter uma mulher MORRENDO em decorrência de um aborto clandestino. Na maioria mulheres pobres, porque as ricas tem dinheiro para pagar um médico p/ realizar o procedimento! [...]” 18 de maio de 2015 - “Nunca ouvi dizer que aborto salva vidas... pelo contrário tira uma vida vcs deveriam parar pra pensar que assim como todos vcs querem viver e tem direito de viver os fetos tbm tem. Se vcs estão vivos hoje em dia deem graças a Deus a mãe de vcs não ter merda na cabeça igual vcs tem #EuSouContraoAborto”.**

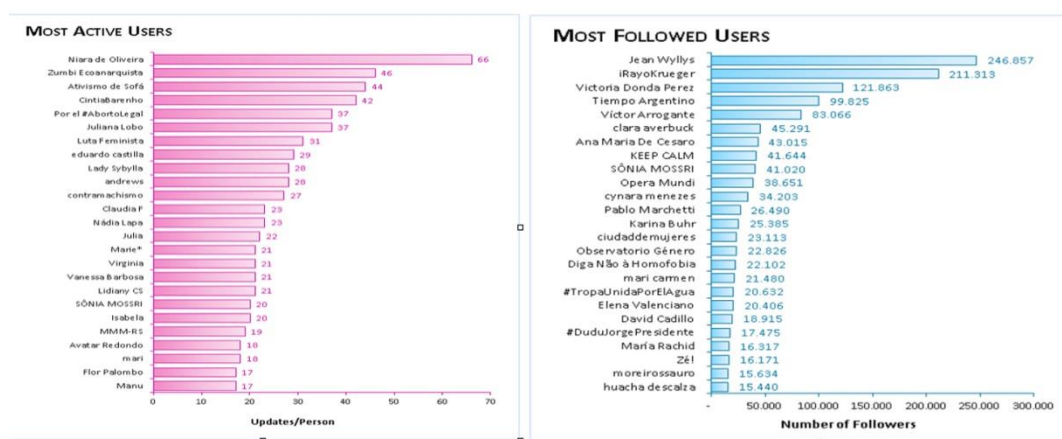
### **Caminhos das controvérsias: luz às invisibilidades**

Até o momento, a relação com o tema aborto estava “potencialmente” envolvida em um cenário de multiplicidade de pensamentos, versões, regras, enfim, mostrava-se uma

temática absolutamente apta ao modo de investigação da TAR. No entanto, muito em função da quantidade de informações e rastros digitais disponíveis nas redes digitais envolvidas com o assunto, optava-se quase sempre pelo caminho da simplificação ou do recorte temático, em específico, o caso da mídia de grande circulação. Recorremos, nesse caso, a uma estratégia de monitoramento de dados utilizando três *hashtags* identificadas nos grupos monitorados - #AbortoLegal #28set #LegalizaOAborto. A partir da plataforma de coleta de dados Rowfeeder<sup>8</sup>, seguimos acompanhando as movimentações no Twitter, o que nos levou a uma coleta em um universo de 5.000 postagens, entre 22 de setembro e 2 de outubro. Para Fernanda Bruno (2012), as redes digitais favorecem a rastreabilidade das ações, no sentido em que tem poder de demonstrar associações locais, assim como, sua participação na construção de coletivos.

Os rastros digitais, fruto de ações, interações e declarações de toda sorte, além de vastos e diversificados, podem ter sua trajetória retracada de forma relativamente simples, se comparada aos meios tradicionais de recuperação de associações constitutivas de fenômenos sociais. Instrumentos convencionalmente custosos e lentos (questionários, enquetes, cálculos estatísticos) dão lugar a ferramentas mais ágeis e simples (sistemas automatizados de coleta, registro e visualização), oferecendo às ciências sociais não apenas uma riqueza de dados, mas a possibilidade de observar e descrever os processos sociais segundo uma perspectiva que dispense as grandes partições com as quais a sociologia classicamente trabalhou: micro e macro social, interações locais e estruturas globais, individual e coletivo, subjetivo e social (BRUNO, 2012, p. 697).

Os dados iniciais ligados às *tags* foram organizados em gráficos e os dados significativos desenham dois actantes: 1) perfil no Twitter com maior engajamento (maior número de postagens) e 2) perfil com maior capacidade de inserção do tema (maior número de seguidores) (FIGURA 3).



**FIGURA 3 - Ranking com os dois perfis rastreados: 1) com maior número de postagens das *hashtags* (Twitter da jornalista Niara de Oliveira. Fonte: <<https://twitter.com/NiDeOliveira71>>), e 2) com maior número de seguidores (Twitter do deputado Jean Wyllys Fonte: <[https://twitter.com/jeanwyllys\\_real](https://twitter.com/jeanwyllys_real)>).**

<sup>8</sup> Plataforma de monitoramento, de serviço pago, disponível no link <https://rowfeeder.com/>.



Inadvertidamente, os números (66 menções aos temas ou 246.857 seguidores) e pessoas (a jornalista, blogueira e ativista Niara de Oliveira e o Deputado Federal pelo PSOL-RJ Jean Wyllys) identificados pela ferramenta, ao contrário de reduzir, nos apresentam um número de actantes ainda mais complexos e conectados entre si. Como afirma Fernanda Bruno (2012), nos deparamos com a possibilidade de observar aspectos sociais sem reduções ou partições entre individual e coletivo, pois os dois extremos numéricos - 66 menções da ativista contra uma menção apenas do deputado (*a priori* insignificante em termos numéricos) - estão, de forma clara, associados entre si e às ações ligadas ao ciberfeminismo, o que observamos quando seguimos para além da rastreabilidade digital, retraçando a formação do fenômeno coletivo.

A partir desta perspectiva, podemos explorar os rastros digitais não mais como evidências atreladas à identificação de indivíduos ou à previsão de padrões comportamentais, tal como querem a polícia e o comércio. Outro modelo de conhecimento está proposto: os rastros digitais podem falar agora à infra-linguagem da fabricação de coletivos, redes, mundos, permitindo compreender e descrever esta fabricação em seu movimento. Concebidos como inscrições de ações, os rastros que deixamos na internet são interrogados quanto aos efeitos que produzem na formação de coletivos. As redes onde eles se inscrevem não são entendidas como a teia que os captura, mas a trama que emerge das ações que lhes deram origem e que as modificam em retorno. Descrever essas tramas é produzir um conhecimento sobre um fenômeno social qualquer e, ao mesmo tempo, reinventar um espaço político (BRUNO, 2012, p. 699-700).

As conexões propostas neste momento, estabilizadas temporariamente pelos gráficos, na verdade, denunciam uma rede complexa de actantes em movimento, de ações e associações que ampliam os seus modos de existência. “Antes de ser uma substância estável, o social é isto que só se torna visível quando novas associações são fabricadas” (BRUNO, 2012, p. 700), e assim identificamos, ao abrir a caixa-preta dos consensos aparentes, movimentos, novos rastros, pistas antes invisíveis, enfim, uma tessitura múltipla em possibilidades de ação, tanto em termos de informações potencialmente partilhadas pelas ciberfeministas, como desdobramentos materiais das ações difundidas inicialmente pelo ciberespaço.

Entre as controvérsias mais significativas identificávamos a que estava relacionada ao actante com a aparência mais homogênea, a pesquisa de opinião divulgada pelo IBGE, por ocasião dos debates eleitorais. Se quase 80% da população brasileira rejeitavam o tema aborto, pareceria razoável que os três principais candidatos ao pleito de Presidente da República o excluíssem de suas pautas. A padronização proposta pelo resultado com aparência de consenso pela maioria era inversamente proporcional à visibilidade acionada por outros candidatos, entre os quais identificamos Luciana Genro (PSOL) e Eduardo Jorge (PV). Ambos provocaram temas polêmicos no debate forçando um posicionamento, principalmente, sobre o aborto e o casamento gay.

### **Desdobramentos: visibilidade a outras materialidades possíveis**

Não podemos deixar de associar este evento ao gráfico (aparentemente insignificante e potencialmente desprezível) relacionado ao Deputado Federal Jean Wyllys, com uma única menção ao tema naquele momento. Por outro lado, o volume numericamente significativo de seguidores, apresentava-o como potencial formador de opinião e pessoa capaz de produzir ações concretas como desdobramos para as redes de ações no ciberespaço. A relação entre o deputado Jean Wyllys e a presidenciável de seu partido, Luciana Genro, indica uma conexão direta com a estruturação da pauta no campo legislativo e um possível engajamento do partido em relação ao tema. Fato comprovado com o projeto de lei 882/2015, de 24 de março de 2015, que tem como disposição geral, entre outras coisas: “Art. 1o - Constitui objeto da presente Lei garantir os direitos fundamentais no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos, regular as condições da interrupção voluntária da gravidez e estabelecer as correspondentes obrigações dos poderes públicos”<sup>9</sup>.

O projeto (ainda para ser votado) foi elaborado juntamente com outras entidades e movimentos sociais, os quais o deputado possui em sua base de governo e como apoiadores de seu mandato. Jean Wyllys, que possui grande influência nos sites de mídia social, consegue reunir além de apoiadores e engajamento positivo de seus seguidores, controvérsias interessantes. Como o deputado trabalha com uma diversidade de pautas, todas englobadas na questão de respeito aos Direitos Humanos, posicionando-se à esquerda, suas postagens trazem também temas diversos e apoio a causas que contrariam setores mais conservadores ou, até mesmo, sua base.

Mas como não só de estabilidades sobrevivem as redes, outro Projeto de Lei 478/2007, intitulado Lei do Nascituro<sup>10</sup>, que volta e meia ressurgue e agita a discussão, pretende restringir ainda mais a lei em casos de aborto, deixando de valerem as exceções e aumentando as penas para mulheres e pessoas que fizerem o procedimento ou tiverem algum tipo de ligação, como aliciadores e enfermeiros, por exemplo. O texto é dos ex-deputados Luiz Bassuma (Partido Verde/ BA) e Miguel Martini (Partido Humanista da Solidariedade/ MG) e entende a vida desde a concepção; desse modo, ao feto devem ser garantidos todos os direitos, inclusive o direito à vida. Essa corrente impede que qualquer procedimento de interrupção da gravidez seja realizado por qualquer motivo.

---

<sup>9</sup> Trecho inicial do PL 882/2015, disponível no link: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1313158&filename=PL+882/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1313158&filename=PL+882/2015)>.

<sup>10</sup> Projeto de lei 478/2007, disponível no link: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?jsessionid=04D0983695EF16653C5AE0B6A C11312B.proposicoesWeb2?codteor=443584&filename=PL+478/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=04D0983695EF16653C5AE0B6A C11312B.proposicoesWeb2?codteor=443584&filename=PL+478/2007)>.

O projeto é considerado por alguns um retrocesso nas leis, já que retira qualquer acesso aos serviços de saúde para mulheres que sofreram abuso sexual, atravessam gestação de risco ou gestam fetos anencéfalos. Movimentos sociais, feministas, setores progressistas e organizações internacionais já se posicionaram contrários ao projeto de lei, que ainda promete muita disputa e debate dentro do Congresso Nacional. Mesmo assim, o atual presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/ RJ) se posiciona favorável a esse projeto, e ainda que o tema aborto seja difícil de ser tratado em termos de avanços de direitos, em outros, ele é mais possível, o que caracteriza uma disputa também política sobre o tema, já que ele invade a casa legislativa com projetos contrastantes e posicionamentos controversos de seus legisladores. Observamos portanto que disputas de poder, ou dogmas socialmente concebidos, fazem parte dessa rede de complexas relações, que também apresenta uma trama ainda mais complexa de estratégias de comunicação e uso das redes sociais digitais.

Em meados de 2014, o tema esteve marcado por este cruzamento heterogêneo de questões envolvendo mortes, política, diferentes opiniões etc., o que convergiu em um tipo de marco importante para um grupo de pessoas envolvidas: o dia 28 de setembro, considerado o dia latino americano de luta pela descriminalização do aborto. Nesse sentido, buscamos compreender, a partir do conjunto de ações propostas, a construção de uma pauta correspondente aos direitos reprodutivos das mulheres, ou parte das discussões de círculos feministas. Diversos coletivos e ONGs planejaram ações, conjuntas ou não, para a data.

Em nossa rede pessoal, nos deparamos com uma instabilidade bastante relevante e que apresentava uma nova controvérsia: o site *28 dias pela vida das mulheres*<sup>11</sup>, no qual havia postagens diárias, entre 1 a 28 de setembro. A equipe, composta por uma rede de ativistas, planejou o site como forma tanto de trazer visibilidade ao dia como divulgar informação sobre a temática, mas, principalmente, lançar o filme *Clandestinas (23'51')*<sup>12</sup>. Renata Correa, roteirista do filme, relata que as decisões em torno do site foram coletivas e o conteúdo buscava trazer informação, além dos depoimentos de mulheres e suas experiências com o aborto. Em seu roteiro, o filme trabalha relatos de mulheres que optaram pela interrupção da gravidez de forma clandestina, os quais são interpretados por atrizes. Uma canção feita especialmente para o filme, com letra que fala do sofrimento dessas mulheres, abre e fecha o documentário<sup>13</sup>. As atrizes sustentam os números de sua

---

<sup>11</sup> Mais informações sobre, disponíveis no link: <https://28diaspelavidadasmulheres.wordpress.com/sobre/>.

<sup>12</sup> O filme está disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=AXuKe0W3ZOU>>. Ou pelo link: <https://28diaspelavidadasmulheres.wordpress.com>.

<sup>13</sup> Parte da letra música, de MC Brisaflow, disponível na comunidade do Facebook *Prosada Feminista*: “Somos clandestinas // Por todas cidades // Mulheres meninas // De todas idades // De todas as cores // De todas as classe //

clandestinidade, atenuando a ideia de “fora da lei”, pois nos apresentam a história de mulheres de diferentes idades, projetos de vida e vivência, que compartilham com um público desconhecido suas experiências com sinceridade e de forma muito sensível. O documentário recebeu prêmios, foi compartilhado diversas vezes nas mídias sociais e muito utilizado no ativismo cotidiano até hoje. Ganhou alcance internacional e nacional nos veículos de comunicação.

O blog, o vídeo, os comentários estão conectados entre si e a uma trama sofisticada de movimentos em prol de temas ligados ao movimento feminista, entre eles, o artigo escrito por Vanessa Rodrigues, no site *Blogueiras Feministas*<sup>14</sup>, site de convergência de diversas blogueiras e ativistas feministas em textos de assuntos diversos.

Em entrevista concedida por e-mail, em maio de 2015, a idealizadora do site *28 dias pela vida das mulheres*, Renata Correa, nos explicou ainda que as ações foram decididas com base em seminário realizado na Fundação Rosa Luxemburgo, em São Paulo, onde mulheres se reuniram para discutir sobre os direitos reprodutivos da mulher. Ao final da discussão foi deliberado que cada uma faria uma intervenção em sua comunidade para visibilizar o dia 28 de setembro. A escolha dela foi o filme, no qual houve o envolvimento de várias outras pessoas no processo. Incluindo as três *tags* inicialmente identificadas nas conversações online - #AbortoLegal #28set e #LegalizaOAborto - que haviam sido definidas pelo coletivo e utilizadas em anos anteriores. No entanto, obtendo maior visibilidade em 2014, justamente pelo volume de casos de mulheres mortas divulgado pela mídia brasileira.

Os rastros digitais são “fruto de ações, interações e declarações de toda sorte, além de vastos e diversificados, podem ter sua trajetória retracada de forma relativamente simples” (BRUNO, 2012, p. 697). Nesse quesito, as plataformas digitais se tornam um caminho para ampliar a voz dessas mulheres e garantir-lhes maneiras diversas propagação das pautas. Além disso, a própria agitação nos espaços digitais não exclui as atividades presenciais, como seminários, palestras, manifestações (FIGURA 4) e ajuda a mulheres que buscam por alternativas seguras de abortamento. Para tanto a mobilização se estende para além do dia 28 de setembro, formando redes tanto de mobilização quanto de ajuda e apoio.

---

Correndo perigo // Frutos de um impasse // Quem faz proibido // Guarda em segredo // Para não ser julgada // Para não sentir medo // 4 mil sem juros // Método inseguro // Passando apuro // Sangrando no escuro // E quem não tem p pagar // Ficam refém do que da // Agulhas remédio e chá // E continua por lá // Sangrando no escuro só [...]”. Disponível no link: <https://www.facebook.com/prosadafeminista/posts/826191924070922>.

<sup>14</sup> O site *Blogueiras Feministas* reúne textos e artigos de diversas correntes feministas, com discussões variadas. O grupo iniciou suas atividades em 2010, discutindo via email diversas temáticas, com o tempo surgiu a necessidade falar mais sobre o assunto e “vivenciar o feminismo em rede”, com afirma umas das fundadoras Tica Moreno, na seção *Memória do site*, disponível no link: <http://blogueirasfeministas.com/about/nossa-memoria>.



FIGURA 4 - Matéria do portal O Globo sobre o ato promovido do dia 28 de setembro.

“RIO - No mesmo domingo em que o corpo de Jandira Magdalena dos Santos Cruz, vítima de aborto ilegal, foi enterrado na Zona Norte do Rio, cerca de 100 pessoas pediram, na Zona Sul, a legalização da prática. A manifestação também lembrou a data, já que 28 de setembro é o dia Latino-americano e Caribenho pela Legalização do Aborto [...]”. Matéria completa está disponível no link:  
<http://oglobo.globo.com/sociedade/saude/manifestantes-pedem-legalizacao-do-aborto-na-orla-de-copacabana-14074661>

Para o grupo *Católicas pelo Direito de Decidir* (CDD), que reúne religiosas feministas que trabalham exclusivamente pela causa da legalização do aborto, a internet é um importante meio de divulgação de seus trabalhos, troca de informações e experiências com outras feministas, além de sua importância para os primeiros contatos com o assunto, ajudam a alimentar e fortalecer o círculo de ativismo. A Organização Não Governamental, criada em 1993, destaca a importância de uma abordagem menos ortodoxa para o tema, no sentido de ampliar a discussão entre mulheres vinculadas à religião católica. Nesse sentido, utiliza amplamente as redes digitais, Facebook, Twitter, Youtube, Flickr etc., e possui um setor de comunicação que desenvolve trabalho com a imprensa e o público, difundindo informação e provocando debates. Em entrevista, a presidente da ONG, Maria José Rosado<sup>15</sup>, explica que a internet potencializou o trabalho de comunicação, aproximando diferentes entidades, pessoas em geral e ações de ativismo. Afirmou, em entrevista, que ao planejar as estratégias para ambientes digitais, sempre faz parceria com outros grupos coletivos de ativistas autônomos, ajudando a amplificação das ideias e ações, em uma rede de multiplicadores. Para a coordenadora, trata-se de uma troca horizontal, como deve ser a própria internet. “Todo mundo se ajuda, e cada vez mais pessoas têm a oportunidade de ter contato com estes conteúdos e de participar destas trocas”.

O que foi perfeitamente constatada pela rede mapeada até aqui.

<sup>15</sup> A coordenadora da organização não governamental, *Católicas pelo Direito de Decidir*, em entrevista por email no dia 1 de junho de 2015.

### **Percurso metodológico que não se esgota**

Alguns incômodos e indefinições metodológicas atribuídas à Teoria Ator-rede, normalmente, atreladas aos pressupostos de simetria, movimento e impermanência das conexões, parecem querer justificar uma ideia de pouco comprometimento da TAR com as diferenças sociais. Ao contrário, pensando o ciberfeminismo vinculado à temática do aborto, os procedimentos instituídos pela cartografia das controvérsias tornaram possível, através do desenho dos movimentos e conexões entre actantes, explorar para além dos consensos, ou ideais preconcebidas, mas partir de polêmicas ou questões emergentes (LEMOS, 2013, p. 110) entre os diferentes agrupamentos.

A cartografia proposta - que identificou instabilidades, diferentes opiniões, usos da web, dogmas socialmente aceitos, informações difundidas ao grande público, ações de ativistas, políticos e, inclusive, reverberações virtuais nos espaços materiais -, tornou possível não apenas visualizar aspectos e configurações das redes de ativismo feminista, mas a complexidade do campo social. “A TAR tem nas controvérsias o momento e o lugar privilegiados para observar a circulação, a criação e o término das associações [...] A controvérsia é o momento onde ficam mais visíveis os actantes” (LEMOS, 2013, p. 106).

Nesse caso especial, em torno do dia latino americano de legalização e descriminalização do aborto, partimos de uma caixa preta - isto é, de um conjunto de fatos aparentemente estabilizados pela neutralização de polêmicas relacionadas - que de alguma forma associa o conceito de aborto à ideia de assassinato de crianças -, para uma rede de associações absolutamente heterogênea, inclusive, a perspectiva de proteção à vida de mulheres. A multiplicidade de opiniões encontradas e relacionadas, ou as novas perspectivas para o tema, assim como, o número de personagens e estratégias utilizadas, confirmaram que a escolha metodológica, mais afeita à diversidade e às conexões entre os muitos agentes envolvidos (humanos, não-humanos, virtuais ou materiais), havia proporcionado um desenho heterogêneo das redes de informação relacionadas ao ciberfeminismo, confirmando a pluralidade de abordagens, ações e vínculos com o tema. O que ratifica a função política “de tessitura das redes de modo a ampliar os modos de existência que dela participam” (BRUNO, 2012, p.700). Como dito por Bruno (2012), fazendo proliferar mediadores, ou tornando visíveis as diversas versões de um fato. Pois antes de buscarmos estabilidades, precisamos compreender o social a partir de suas múltiplas possibilidades de associações (e existências).

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AZAMBUJA, Patrícia. **Cognição e Mediação Técnica**: passagem analógico-digital da recepção de TV sob a ótica da Teoria ator-rede. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. in: Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. Disponível no link: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

HARAWAY, Donna Jeanne. **Ciencia, cyborgs y mujeres**: la reinvencción de la naturaleza. v. 28. Universitat de València, 1995.

LATOURE, Bruno. **A Vida de Laboratório**: a produção de fatos científicos [Trad. De Ângela Ramalho Vianna] Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora [Trad. de Ivone C. Bernedetti]. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos [Trad. De César Cardoso de Sousa]. São Paulo: Edusc, 2001.

\_\_\_\_\_. **Reassembling the Social**: an introduction to actor- network-theory. New York: Oxford University Press, 2005.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Algumas reflexões metodológicas sobre a recepção televisiva transmídia**. Revista GEMInIS, edição especial, I Jornada Internacional GEMInIS - Grupo de Estudos sobre Mídias Interativas em Imagem e Som. 2014. Disponível no link: <http://www.jig2014.com.br/revista-geminis>. Acessado em 11 de janeiro de 2015.

MALINI, Fábio e ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Coleção Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PLANT, Sadie. **Binary sexes, binary codes**. Public Netbase t0, 1996. Disponível no link: <http://www.t0.or.at/sadie/binary.htm>. Acessado em 02 de junho de 2015.

SANTAELLA, Lúcia e LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais**: a cognição conetiva do Twitter. São Paulo: Paullus, 2010.

VENTURINI, Tommaso e LATOURE, Bruno. **Le tissu social**: traces numériques et méthodes quali-quantitatives, 2010. Disponível no link: [http://www.tommasoventurini.it/web/uploads/tommaso\\_venturini/LeTissuSocial.pdf](http://www.tommasoventurini.it/web/uploads/tommaso_venturini/LeTissuSocial.pdf). Acessado em: 15 de março de 2015.

VENTURINI, Tommaso. **How to explore controversies with actor-network theory**, 2014. Disponível no link: [https://priscillacalmon.files.wordpress.com/2014/01/diving\\_in\\_magma.pdf](https://priscillacalmon.files.wordpress.com/2014/01/diving_in_magma.pdf). Acessado em: 15 de março de 2015.

ZAFRA, Remedios. **Ciberfeminismo**: bases y propuestas en un mundo global. in: Mujeryculturavivual. n.0. 2003. Disponível no link: [http://ares.cnice.mec.es/genero/pensamiento/tx/text\\_rz3.html](http://ares.cnice.mec.es/genero/pensamiento/tx/text_rz3.html).

ZAGO, Gabriela; RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco Toledo. **Quem retuita quem?** papeis de ativistas, celebridades e imprensa durante os #protestosbr no Twitter. Artigo apresentado no XXIII Encontro Anual da Compós. 2014. Disponível no link: [http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT01\\_COMUNICACAO\\_E\\_CIBERCULTURA/artigocompos2014\\_2135.pdf](http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT01_COMUNICACAO_E_CIBERCULTURA/artigocompos2014_2135.pdf).